

**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA COMPRA DE BENS**

DATA	ÓRGÃO/ENTIDADE SOLICITANTE	NÚMERO DA UNIDADE DE COMPRA
27/11/2025	Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade Rio Doce	2101018

RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO	SUPERINTENDÊNCIA OU DIRETORIA OU UNIDADE ADMINISTRATIVA
Nome: Kênia Lima Dias E-mail: kenia.dias@meioambiente.mg.gov.br	Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade Rio Doce

**SUMÁRIO**

- 1 - OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO
- 2 - FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO
- 3 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO
- 4 - MODELOS DE EXECUÇÃO DO OBJETO
- 5 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO
- 6 - MODELO DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO
- 7 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR
- 8 - HABILITAÇÃO
- 9 - OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES
- 10 - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
- 11 - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO
- 12 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**1. OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

0.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a compra de Equipamentos de Proteção Individual , como uniformes e botinas para atender a demanda dos viveiros florestas da Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade Rio Doce , sob a forma de entrega integral , nos termos da tabela abaixo e conforme condições e exigências estabelecidas neste documento.

LOTE	ITEM	CÓDIGO ITEM	DESCRIÇÃO	COMPLEMENTO	UNIDADE DE AQUISIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
LOTE 01	1	2022141	CALCA MASCULINA - MATERIA-PRIMA: TECIDO RIP STOP 100%; MODELO: CALCA VIVEIRISTA CARGO; TAMANHO: CONFORME SOLICITACAO DO ORGAO; DETALHES: DOIS TRASEIROS E UM BOLSO CARGO NA PERNA DIREITA; COR: VERDE OLIVA; CALCA VIVEIRISTA, RIPSTOP COM DOIS BOLSOS FRONTAIS E DOIS TRASEIROS E UM BOLSO CARGO NA PERNA DIREITA, CINTURA EM ELASTICO E CORDAO PARA AJUSTE. CORDAO DE AJUSTE EM MALHA PIQUET. LOGO DO IEF (INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS) NO BOLSO DA PERNA DIREITA. COMPOSICAO: TECIDO RIP STOP 100%, GRAMATURA CALCA: 230 G/M2. LOGO: PATCH TECIDO EM TEARES DE JACARD 100% POLIESTER EM ALTA DEFINICAO, CORTADO A LASER COM TERMOCOLANTE. APLICACAO TERMOCOLANTE: PRENSA TERMICA NA TEMPERATURA DE 200 A 220 DE 10 A 15 SEGUNDOS. COR: VERDE	TAMANHO 40 (14 UNIDADES); TAMANHO 42 (15 UNIDADES); TAMANHO 44 (22 UNIDADES); TAMANHO 46 (07 UNIDADES) E TAMANHO 52 (07 UNIDADES)	UNIDADE	65	R\$ 150,00	R\$ 9.750,00
			CAMISA UNISSEX - MATERIA-PRIMA: MALHA FRIA 100% POLIESTER FIADO, ANTIPILLING; MODELO:					

	2	2022150	GOLA REDONDA, MANGA LONGA; COR: VERDE; TAMANHO: CONFORME SOLICITACAO DO ORGAO; DETALHES: TECIDO QUE FILTRA 95% DOS RAIOS UV. SILK NAS COSTA; CAMISETA VIVEIRISTA, PRODUZIDAS COM TECIDO DE MALHA FRIA 100% POLIESTER FIADO, GRAMATURA DE 170G, COM TRATAMENTO ANTIPIILLING, TECIDO QUE FILTRA 95% DOS RAIOS UV. INDICE DE PROT. UPF>40, TIPO DE MANGA: COMPRIDA, TIPO DE GOLA: GOLA REDONDA. COM A LOGO DO IEF (INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS) NO LADO ESQUERDO. SILKADO NAS COSTAS VIVEIRO DO IEF.	TAMANHO P (05 UNIDADES); TAMANHO M (40 UNIDADES); TAMANHO G (40 UNIDADES); TAMANHO GG (10 UNIDADES)	UNIDADE	95	R\$ 85,00	R\$ 8.075,00
	3	2022206	BONE - MATERIA PRIMA: TECIDO QUE FILTRA 95% DOS RAIOS UV. UPF>40; COR: VERDE; REGULAGEM: POR CORREIA E FIVELA; TAMANHO: UNICO; FINALIDADE: VIVEIRISTAS IEF;	TAMANHO ÚNICO	UNIDADE	27	R\$ 50,50	R\$ 1.363,50
<b>TOTAL LOTE 1</b>								
	1	1118056	CALCADO DE SEGURANCA - MODELO: BOTINA/DRY; TAMANHO: 38; CABEDAL: COURO NOBUCK; BIQUEIRA: SEM BIQUEIRA; SOLA: PU BIDENSIDADE, INJETADO, ANTI-DERRAPANTE; CADARCO: COM CADARCO; COR: MARROM; ENTRESSOLA: DE BORRACHA; FORRO: DE COURO; ALMA: EM POLIURETANO; PALMILHA: LAVAVEL, ANTIBACTERIANA, ANTIMICROBIANA; GRAVACAO: SEM GRAVACAO; COM CERTIFICADO DE APROVACAO DO MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO, CONFORME NORMAS VIGENTES. SISTEMA DRY QUE IMPEDEM A ENTRADA DE AGUA E PERMITEM A SAIDA DO SUOR; MEMBRANA DRY RESPIRAVEL; COURO HIDROFUGADO; COSTURAS VEDADAS E CADARCO IMPERMEAVEL; COURO RESISTENTE A ABRASAO E A ACAO DO TEMPO, TRATADO COM OLEOS MINERAIS E AGENTES QUIMICOS QUE IMPECAM DE REETER AGUA SEM PERDERA TRANSPIRABILIDADE; BICO COM PROTECAO EM BORRRACHA APLICADO POR VULCANIZACAO A FRIO DE NEOPRENE; CONTRAFORTE TERMOCONFORMADO E TERMOPLASTICO; PALMILHA DE MATERIAL RESISTENTE, TRIPLA CAMADA, TRATAMENTO ANTIBACTERIAL E ANTIFUNGICO HIDROFUGADO E ECOLOGICAMENTE CORRETO; CADARCOEM POLIESTER MORBIN 6MM CONSTRUIDO COMO AS CORDAS DE ALPINISMO	TAMANHO 38	00041 - CAIXA 1,00 PAR	3	R\$ 139,90	R\$ 419,70
			CALCADO DE SEGURANCA - MODELO: BOTINA/DRY; TAMANHO: 40; CABEDAL: COURO NOBUCK; BIQUEIRA: SEM BIQUEIRA; SOLA: POLIURETANO MONODENSIDADE INJETADO, ANTIDERRAPANTE; CADARCO: COM CADARCO; COR: MARRON; ENTRESSOLA: DE BORRACHA; FORRO: DE COURO; ALMA: EM POLIURETANO; PALMILHA: LAVAVEL, ANTIBACTERIANA, ANTIMICROBIANA; GRAVACAO: SEMGRAVACAO; COM CERTIFICADO DE APROVACAO DO MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO, CONFORME NORMAS NBR 12561/92 E 12594/92. SISTEMA DRY QUE IMPEDEM A					

LOTE 02	2	1065750	ENTRADA DE AGUA E PERMITEM A SAIDA DO SUOR;MEMBRANA DRY RESPIRAVEL; COURO HIDROFUGADO; COSTURAS VEDADAS E CADARCOIMPERMEAVEL; COURO RESISTENTE A ABRASAO E A ACAO DO TEMPO, TRATADO COMOLEOS MINERAIS E AGENTES QUIMICOS QUE IMPECAM DE RETER AGUA SEM PERDERA TRANSPIRABILIDADE; BICO COM PROTECAO EM BORRACHA APLICADO POR VULCANIZACAO A FRIO DE NEOPRENE; CONTRAFORTE TERMOCONFORMADO E TERMOPLASTICO; PALMILHA DE MATERIAL RESISTENTE, TRIPLA CAMADA, TRATAMENTO ANTIBACTERIAL E ANTIFUNGICO HIDROFUGADO E ECOLOGICAMENTE CORRETO; CADARCOEM POLIESTER MORBIN 6MM CONSTRUIDO COMO AS CORDAS DE ALPINISMO	TAMANHO 40	00041 - CAIXA 1,00 PAR	15	R\$ 139,90	R\$ 2.098,50
	3	1118064	CALCADO DE SEGURANCA - MODELO: BOTINA/DRY; TAMANHO: 41; CABEDAL: COURO NOBUCK; BIQUEIRA: SEM BIQUEIRA; SOLA: PU BIDENSIDADE, INJETADO, ANTI-DERRAPANTE; CADARCO: COM CADARCO; COR: MARROM; ENTRESSOLA: DE BORRACHA; FORRO: DE COURO; ALMA: EM POLIURETANO; PALMILHA: LAVAVEL, ANTIBACTERIANA, ANTIMICROBIANA; GRAVACAO: SEM GRAVACAO; COM CERTIFICADO DE APROVACAO DO MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO, CONFORME NORMAS VIGENTES. SISTEMA DRY QUE IMPEDEM A ENTRADA DE AGUA E PERMITEM A SAIDA DO SUOR;MEMBRANA DRY RESPIRAVEL; COURO HIDROFUGADO; COSTURAS VEDADAS E CADARCOIMPERMEAVEL; COURO RESISTENTE A ABRASAO E A ACAO DO TEMPO, TRATADO COMOLEOS MINERAIS E AGENTES QUIMICOS QUE IMPECAM DE RETER AGUA SEM PERDERA TRANSPIRABILIDADE; BICO COM PROTECAO EM BORRACHA APLICADO POR VULCANIZACAO A FRIO DE NEOPRENE; CONTRAFORTE TERMOCONFORMADO E TERMOPLASTICO; PALMILHA DE MATERIAL RESISTENTE, TRIPLA CAMADA, TRATAMENTO ANTIBACTERIAL E ANTIFUNGICO HIDROFUGADO E ECOLOGICAMENTE CORRETO; CADARCOEM POLIESTER MORBIN 6MM CONSTRUIDO COMO AS CORDAS DE ALPINISMO	TAMANHO 41	00041 - CAIXA 1,00 PAR	9	R\$ 139,90	R\$ 1.259,10
TOTAL LOTE 2								R\$ 3.777,30
TOTAL DA AQUISIÇÃO								R\$ 22.965,80

1.1. **Especificação detalhada do objeto** : para o lote 01 vide Anexo I do Termo de Referência - Layout uniformes .

1.2. **Caracterização do Objeto:**

1.2.1. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Decreto nº 48.586, de 17 de março de 2023.

1.3. **Lotes Exclusivos para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (MEPP):**

1.3.1. Compra com lote(s) exclusivo(s) para fornecedores qualificados como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparados, aptos a se beneficiarem do tratamento diferenciado e favorecido disposto no art. 48, inciso I, e art. 49, inciso IV, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 c/c no art. 8º Decreto nº 47.437, de 26 de junho de 2018

1.4. **Da Contratação:**

1.4.1. Não será necessário firmar instrumento de contrato, conforme disposto no art. 95, incisos I e II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sendo este substituído por empenho e a Autorização de Fornecimento

1.5. **Descrição da Solução:** Quanto a aquisição de uniformes e calçados de segurança traz diversas vantagens, tanto para o funcionário que irá

executar o serviço, quanto para o IEF. Permitir que os funcionários sejam facilmente identificados, cria uma imagem profissional transmitindo uma sensação de organização e coesão; ajudar a garantir a segurança dos funcionários, fornecendo roupas adequadas para o trabalho, como calçados de segurança, bonés para proteção dos raios solares, entre outros.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1 A importância de se ter condições adequadas de trabalho para um servidor público é indiscutível, pois influencia diretamente na qualidade dos serviços prestados à população. Um ambiente de trabalho estruturado, com equipamentos adequados e infraestrutura apropriada, proporciona maior motivação e produtividade aos servidores, reduzindo afastamentos por questões de saúde e promovendo um atendimento mais eficiente e humanizado. Além disso, a valorização das condições de trabalho fortalece o compromisso dos servidores com suas funções, assegurando que a administração pública possa atingir seus objetivos de forma eficaz e responsável. Baseado nesses princípios, a aquisição de equipamentos de proteção individual para os Viveiros Florestais da URFBio Rio Doce visa trazer padronização, conforto e especialmente segurança aos servidores locais.

O Instituto Estadual de Florestas é o órgão responsável pela política florestal no Estado de Minas Gerais e, nesse contexto, pela produção de mudas para atendimento ao Programa de Fomento Florestal e ao Programa de Regularização Ambiental - PRA, previsto na Lei Federal 12.651/2012, que visam a restauração ecológica e recuperação ambiental de ambientes naturais no Estado. Além disso o estado de Minas Gerais tem metas específicas relacionadas a restauração ecológica/recuperação ambiental em seus instrumentos de planejamento, tais como o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado - PMDI e seus respectivos Planos Plurianuais de Ação Governamental - PPAGs, assim como relacionadas à mitigação das mudanças climáticas e assumidas junto a organismos internacionais, em eventos como a Conferência da ONU sobre o Clima (COPs).

Para isso mantém vários viveiros de mudas em todo o estado, próprios e em convênios com Prefeituras Municipais e outros parceiros.

Além disso, trabalhar uniformizado traz diversas vantagens, tanto para o funcionário que irá executar o serviço, quanto para o IEF. Dentre elas, temos: 1) permitir que os funcionários sejam facilmente identificados como pertencentes ao IEF, passando confiança a população local quando for necessário adentrar em propriedades privadas; 2) o uniforme cria uma imagem profissional e consistente do IEF, transmitindo uma sensação de organização e coesão; 3) o uniforme podem ajudar a garantir a segurança dos funcionários em campo, fornecendo roupas adequadas para o trabalho, como calçados de segurança, bonés, entre outros; 4) uniformes podem ajudar a reduzir os custos de vestuário para os funcionários, uma vez que eles não precisam comprar roupas específicas para o trabalho. Em relação ao material dos uniformes, são ideais para uso ao ar livre, sendo considerados tecidos respiráveis e de secagem rápida, ajudando a manter o funcionário do IEF fresco e confortável em dias quentes.

## 3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### 3.1. Da Participação de Consórcio:

3.1.1. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio.

### 3.2. Da Subcontratação:

3.2.1. Não será admitida a subcontratação parcial ou total do objeto contratual.

### 3.3. Da Sustentabilidade:

3.3.1. Os critérios de sustentabilidade da contratação devem ser atendidos de acordo com os seguintes requisitos:

3.3.1.1. Modo de produção sem a utilização de trabalho escravo ou infantil, com máquinas que reduzem a geração de resíduos industriais ou com menor uso de água e energia.

3.3.1.2. Embalagens compactas e recicláveis ou que sejam objeto de logística reversa, preferência por indústria ou produtor local para assegurar menores distâncias e uso de modal de transporte mais eficiente.

3.3.1.3. Produtos que economizam água e energia, produtos educativos que levam à conscientização ambiental, produtos que geram menos resíduos ou que produzam resíduos recicláveis ou que sejam objeto de logística reversa, produtos passíveis de manutenção/conserto, remanufatura, troca ou reaproveitamento de peças de modo a assegurar uma vida útil mais longa e a redução do descarte.

3.3.1.4. bens constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

3.3.1.5. que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do instituto nacional de metrologia, normalização e qualidade industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

3.3.1.6. que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

3.3.1.7. que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil- polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

### 3.4. Da indicação de marcas ou modelos:

3.4.1. Não serão exigidas marcas ou modelos específicos para a contratação.

### 3.5. Da vedação de utilização de marca ou modelo:

3.5.1. Não haverá vedação de marca/modelo na presente contratação.

### 3.6. Da exigência de carta de solidariedade:

3.6.1. Não será exigida a apresentação de carta de solidariedade na presente contratação.

### 3.7. Da garantia da contratação:

3.7.1. Não será exigida garantia da contratação para este objeto.

### 3.8. Da garantia do produto, da manutenção e da assistência técnica:

3.8.1. Será aplicada ao produto/bem somente a garantia legal estabelecida pelo art. 26, da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor – CDC).

### 3.9. Da Vistoria

3.9.1. Não há necessidade de realização de vistoria prévia ao local de entrega do objeto.

## 4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1. **Do prazo de entrega:**

4.1.1. O prazo de entrega do objeto é de até 30 (trinta) **dias úteis** contados do dia seguinte ao recebimento da Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento ou documento equivalente.

4.1.1.1. O objeto será entregue em remessa única.

4.2. **Do Local e Horário de Entrega:**

4.2.1. Os materiais deverão ser entregues na Rua São Paulo, nº 375, Centro - Governador Valadares- CEP 35010-180, **Horário comercial para atendimento da entrega: 08:00 às 17:00 h** - na Unidade Regional IEF URFBio Rio Doce.

4.2.2. O descarregamento do produto ficará a cargo do Contratado, devendo ser providenciada a mão-de-obra necessária.

5. **CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

5.1. **Do Recebimento:**

5.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes na nota de empenho, no Termo de Referência e na proposta.

5.1.1.1. Salvo disposição em contrário no contrato, em ato normativo ou neste Termo de Referência, os ensaios, os testes e as demais provas para aferição da boa execução do objeto do contrato exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta do contratado.

5.1.2. Os bens serão recebidos definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material, bem como o atendimento às exigências contratuais e consequente aceitação, que deverá acontecer, mediante termo detalhado, em até 10 (dez) dias corridos, contados a partir do recebimento provisório.

5.1.3. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

5.1.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes na nota de empenho, no Termo de Referência e na proposta comercial, devendo ser substituídos no prazo de até 10(dez) dias úteis, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, notificando o Contratado para emissão de nota fiscal no que diz respeito à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

5.1.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal, ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

5.1.7. O recebimento/aprovação do(s) produto(s) pelo Contratante não exclui a responsabilidade civil do Contratado por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas posteriormente, garantindo-se à Administração as faculdades previstas no art. 18 da Lei Federal n.º 8.078, de 1990.

5.2. **Da Liquidação:**

5.2.1. A Liquidação será efetuada no prazo de até 10(dez) dias corridos contados da data do recebimento definitivo do produto e respectivo aceite do Contratante.

5.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal, ou instrumento de cobrança equivalente apresentado, expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

5.2.2.1. O vencimento;

5.2.2.2. A data da emissão;

5.2.2.3. Os dados do contrato e do órgão Contratante;

5.2.2.4. O período respectivo de execução do objeto;

5.2.2.5. O valor a pagar; e

5.2.2.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

5.2.4. A nota fiscal, ou o instrumento de cobrança equivalente, deverá ser acompanhada da comprovação da regularidade fiscal disposta no art. 68 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

5.3. **Do Pagamento:**

5.3.1. O pagamento será efetuado através do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI/MG, por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em um dos bancos que o Contratado indicar, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data final da liquidação a que se referir, com base nos documentos fiscais devidamente conferidos e aprovados pelo Contratante.

5.3.1.1. A Administração deve observar a ordem cronológica nos pagamentos, conforme disposto no art. 141 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

5.3.2. No caso de atraso pelo Contratante, por culpa exclusiva da Administração, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, de acordo com a variação do IPCA.

5.3.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.3.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido pelo Contratado na planilha de custo, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.3.4. O Contratado deve garantir a manutenção dos requisitos de habilitação previstos neste documento.

5.3.4.1. Eventuais situações de irregularidades fiscal ou trabalhista do Contratado não impedem o pagamento se o objeto tiver sido executado e atestado. Tal hipótese ensejará, entretanto, a adoção das providências tendentes ao sancionamento do Contratado e rescisão contratual.

5.3.5. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de

comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **6. MODELO DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO**

### **6.1. Regras Gerais:**

6.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, conforme art. 115 da referida Lei, e artigos 15 e 16 do Decreto nº 48.587, de 17 de março de 2023.

6.1.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.1.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.1.4. Após a assinatura do contrato ou retirada/aceitabilidade de instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.1.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais gestores e fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou pelos respectivos substitutos, conforme art. 117 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e art. 14 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.1.6. Constatada a ocorrência de descumprimento total ou parcial do contrato, deverão ser observadas as disposições dos art. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a fim de apurar a responsabilidade do Contratado e eventualmente aplicar sanções.

### **6.2. Da Fiscalização do Contrato:**

6.2.1. O fiscal do contrato prestará apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes às suas competências, nos termos do inciso I do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.2.2. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, de acordo com o § 1º, art. 117 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e nos termos do inciso II do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.2.3. O fiscal do contrato emitirá notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção, nos termos do inciso III do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.2.4. O fiscal do contrato informará a seus superiores e ao gestor do contrato, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência, conforme § 2º, art. 117 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e inciso IV do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.2.5. O fiscal do contrato comunicará imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas, nos termos do inciso V, do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.2.6. O fiscal do contrato fiscalizará a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato, nos termos do inciso VI, do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.2.7. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual, nos termos do inciso VII, do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.2.8. O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências contratuais, nos termos do inciso VIII, do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.2.9. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade do Contratado por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil.

### **6.3. Da Gestão do Contrato:**

6.3.1. O gestor do contrato orientará os fiscais de contrato no desempenho de suas atribuições, nos termos do inciso I, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.3.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato ou terceiros contratados, das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informará à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência, nos termos do inciso II, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.3.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais, nos termos do inciso III, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.3.4. O gestor do contrato coordenará a autuação da rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, nos termos do inciso IV, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.3.5. O gestor do contrato coordenará os atos preparatórios relativos à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização da celebração de aditivos, prorrogações, reajustes ou rescisões contratuais, nos termos do inciso V, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.3.6. O gestor do contrato realizará o recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, nos termos do inciso VI, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.3.7. O gestor do contrato elaborará o relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração, de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, nos termos do inciso VII, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.3.8. O gestor do contrato tomará as providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso, nos termos do inciso VIII, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

## **7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

7.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Dispensa de Licitação por valor, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sob a forma ELETRÔNICA, que culminará com a seleção da proposta de MENOR PREÇO por lote.

7.1.1. Não haverá intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances a ser observado pelo fornecedor.

#### 7.2. **Dos critérios da aceitabilidade da proposta:**

7.2.1. A proposta terá validade de 60(sessenta) dias corridos contados da data de sua apresentação.

7.2.1.1. O fornecedor deverá apresentar ficha técnica e/ou portfólio e/ou folder e/ou prospecto que identifique o produto ofertado e todas as suas características tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes às demandadas neste Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

#### 7.3. **Da Amostra:**

7.3.1. Será exigido o envio de amostras/protótipos para o **LOTE 01**.

7.3.2. O licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar (menor preço) deverá apresentar amostra do produto ofertado em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da solicitação.

7.3.3. As medidas básicas do produto acabado devem ser verificadas pela Coordenação da URFBio Rio Doce para efeito de aprovação de amostras;

7.3.4. As peças deverão estar isenta de defeitos e serão avaliados : costuras, tecidos, tonalidade de cor, aviamentos, acabamentos, emblemas e sua aplicação, dentre outros.

#### 7.4. **Da Prova de Conceito (PoC):**

7.4.1. Não será exigida a apresentação de prova de conceito nesta contratação.

### 8. **HABILITAÇÃO**

8.1 Conforme dispões a Resolução SEPLAG nº 034/2023 em seus artigos 17 a 20:

8.2 Para a habilitação do fornecedor mais bem classificado serão exigidas, exclusivamente, as condições de que dispõe a Lei Federal nº 14.133, de 2021.

8.3 A verificação dos documentos de que trata o caput será realizada por meio de consulta ao Cagef, assegurado aos demais participantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

8.4 O disposto no item 9.2. deve constar expressamente do aviso de contratação direta.

8.5 Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares aos já apresentados para a habilitação, na forma estabelecida no item 9.2.1., ou de documentos não constantes do Cagef, o órgão ou entidade deverá solicitar ao fornecedor vencedor, no prazo definido no aviso de contratação direta, o envio desses por meio do sistema.

8.6 Nos casos de contratações para entrega imediata, considerada aquela com prazo de entrega de até 30 (trinta) dias da ordem de fornecimento, e nas contratações com valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral e nas contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento até o valor de que trata o inciso III do art. 70 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, somente será exigida das pessoas jurídicas a comprovação da regularidade fiscal federal e estadual, social e trabalhista e, das pessoas físicas, a quitação com a Fazenda Federal e Estadual.

8.7 Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no item 9.2., o fornecedor será habilitado.

8.8 Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

8.9 No caso de o procedimento restar fracassado, o responsável pelo procedimento poderá:

8.9.1 fixar prazo para que os fornecedores interessados possam adequar as suas propostas ou sua situação no que se refere à habilitação;

8.9.2 valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas; ou

8.9.3 republicar o procedimento.

8.10 O disposto nos itens 8.9.2 e 8.9.3 do caput poderá ser utilizado nas hipóteses de não surgirem interessados no procedimento.

### 9. **OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES**

#### 9.1. **Do Contratante:**

9.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o presente Termo de Referência, o contrato ou documento que o substitua e seus anexos.

9.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

9.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

9.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, e atestar nas notas fiscais/faturas o efetivo fornecimento do objeto deste Termo de Referência.

9.1.5. Rejeitar, no todo ou em parte os bens entregues, quando em desacordo com as especificações constantes na nota de empenho, no Termo de Referência e/ou na proposta comercial do Contratado.

9.1.6. Comunicar o Contratado para emissão de nota fiscal pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia parcial sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

9.1.7. Solicitar o reparo, a correção, a remoção ou a substituição dos materiais em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

9.1.8. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência.

9.1.9. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado durante a execução do contrato ou documento que o substitua.

9.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

- 9.1.10.1. A Administração terá o prazo de até 30(trinta) dias corridos a contar da data do protocolo do requerimento, tratado no item 9.1.10, para decidir e admitir a prorrogação motivada por igual período, conforme art. 123, Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 9.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30(trinta) dias corridos.
- 9.1.12. Aplicar ao Contratado as sanções legais e regulamentares.
- 9.1.13. Exigir o cumprimento dos recolhimentos tributários, trabalhistas e previdenciários por meio dos documentos pertinentes.
- 9.1.14. Disponibilizar local adequado para o fornecimento do objeto.
- 9.1.15. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados
- 9.2. **Do Contratado:**
- 9.2.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste instrumento e seus anexos, nas quantidades, prazos e condições pactuadas, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
- 9.2.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, se for o caso;
- 9.2.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, Lei Federal nº 8.078, de 1990.
- 9.2.4. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- 9.2.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior, conforme Inciso II, art. 137 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e inciso III, art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023, e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.
- 9.2.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução contratual e/ou fornecimento do objeto e/ou dos materiais empregados.
- 9.2.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.
- 9.2.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 9.2.9. Emitir faturas no valor pactuado, apresentando-as ao Contratante para ateste e pagamento;
- 9.2.10. Responsabilizar-se pela garantia dos produtos entregues e dos materiais empregados nos itens solicitados, dentro dos padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho, conforme previsto na legislação em vigor e na forma exigida neste Termo de Referência.
- 9.2.11. Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.
- 9.2.12. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não onerará o objeto do contrato.
- 9.2.13. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 9.2.14. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.2.15. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 9.2.16. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, conforme art. 116 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 9.2.17. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, quando solicitado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas, conforme parágrafo único, art. 116 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 9.2.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- 9.2.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no inciso II, alínea “d”, art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 9.2.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.
- 9.2.21. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste documento, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.
- 9.2.22. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei Federal nº 13.709, de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução do objeto contratado.
- 9.2.23. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.2.24. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 9.2.25. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

## 10. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o Contratado ou fornecedor que:

- 10.1.1. Der causa à inexecução parcial da contratação;
- 10.1.2. Der causa à inexecução parcial da contratação que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 10.1.3. Der causa à inexecução total da contratação;
- 10.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 10.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 10.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 10.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 10.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o procedimento e execução do contrato;
- 10.1.9. Fraudar o procedimento ou praticar ato fraudulento na execução da contratação;
- 10.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 10.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- 10.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013.
- 10.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- 10.2.1. **Advertência** - quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme disposto no §2º, art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
- 10.2.2. **Impedimento de licitar e contratar** - quando praticadas as condutas descritas nos subitens 10.1.2 a 10.1.7, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme disposto no § 4º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
- 10.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar** - quando praticadas as condutas descritas nos subitens 10.1.8 a 10.1.12, bem como nos subitens 10.1.2 a 10.1.7, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, conforme disposto no §5º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).
- 10.3. As sanções previstas nos subitens 10.2.1, 10.2.2 e 10.2.3 poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, conforme disposto no §7º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 10.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, conforme §8º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 10.5. A aplicação das sanções previstas neste documento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante, conforme disposto no §9º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 10.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, conforme disposto no art. 157, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 10.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (dias) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 10.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 10.9. Em observância ao disposto no §1º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, na aplicação das sanções serão considerados:
- 10.9.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 10.9.2. As peculiaridades do caso concreto;
- 10.9.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 10.9.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 10.9.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 10.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos no art. 159 da referida Lei de Licitações.
- 10.11. A personalidade jurídica do Fornecedor poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste documento ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, conforme disposto no art. 160, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 10.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, conforme art. 161, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 10.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 10.14. Os débitos do Contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

## 11. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 22.965,80 (vinte e dois mil, novecentos e sessenta e cinco reais e oitenta centavos), conforme custos unitários apostos no quadro constante do subitem 1.1 deste Termo de Referência

## 12. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da dotação orçamentária do orçamento em vigor, aprovado pela LOA 2025.

12.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

<b>lote 1</b>	<b>2101.18.543.031.4056.0001.3.3.90.30.01.0.61.1</b>	<b>R\$ 19.188,50</b>
<b>lote 2</b>	<b>2101.18.543.031.4056.0001.3.3.90.30.41.0.61.1</b>	<b>R\$ 3.777,30</b>
<b>Total</b>		<b>R\$ 22.965,80</b>

**Responsável pela Elaboração do Termo de Referência**

Kênia Lima Dias  
MASP nº 13675459  
Coordenadora NAF Rio Doce

**Responsável pela Aprovação do Termo de Referência**

Núbia Laís Fernandes Batista  
MASP nº 13552542  
Supervisora Regional - URFBio Rio Doce

**Anexo I do Termo de Referência - Layout uniformes/IEF/URFBIO RIO DOCE- NAF/2025**

**ITEM 1 - CÓDIGO 2022141**

**Calça Masculina Viveirista - Cargo**

- a. Calça masculina modelo viveirista, confeccionada em tecido rip stop 100% poliéster, gramatura 230 g/m<sup>2</sup>, na cor verde oliva.
- b. Deverá possuir dois bolsos frontais, dois bolsos traseiros e um bolso cargo na perna direita.
- c. Cintura com elástico e cordão de ajuste em malha piquet.
- d. Todas as costuras deverão ser reforçadas nas áreas de maior tensão.
- e. Aplicação de logo do IEF (Instituto Estadual de Florestas) no bolso da perna direita, através de patch em tecido de jacquard 100% poliéster, cortado a laser com termocolante.
- f. As costuras deverão ser reforçadas nas partes submetidas a maior esforço, devendo Aplicação por prensa térmica na temperatura de 200 a 220°C por 10 a 15 segundos.
- g. Disponível nos tamanhos: 40; 42; 44; 46 e 52

**IMAGEM DE REFERÊNCIA:**



**CAMISA UNISSEX MANGA LONGA PROTEÇÃO UV**

- a. Camisa unissex confeccionada em malha fria 100% poliéster fiado, com tratamento antipilling, gramatura 170 g/m<sup>2</sup>, na cor verde. A gola deverá ser no modelo gola careca (com ribana da mesma cor do tecido)
- b. Modelo com gola redonda e manga longa. O tecido deverá possuir proteção UV (Fator de Proteção Solar mínimo FPS 50), comprovado por laudo técnico.
- c. Tecido com proteção UV (UPF >40), filtrando 95% dos raios ultravioleta.
- d. Serigrafia da logo do IEF no lado esquerdo da frente.
- e. Serigrafia "Viveiro do IEF" nas costas.
- f. Costuras realizadas com linha 100% poliéster
- g. Disponível nos tamanhos: P, M, G e GG

**IMAGEM DE REFERÊNCIA**





### ITEM 3 - CÓDIGO 2022206

#### Boné Protetor Solar:

- a. Boné confeccionado em tecido com proteção UV (UPF >40), filtrando 95% dos raios ultravioleta, na cor verde.
- b. Regulagem por correia e fivela.
- c. Tamanho único.
- d. Identificação com logo do IEF.
- e. Adequado para uso em atividades de viveirista.

#### IMAGEM DE REFERÊNCIA



#### TABELA DE QUANTIDADES POR TAMANHO

Produto	Tamanho	Quantidade
Calça	40	14 unidades
	42	15 unidades
	44	22 unidades
	46	07 unidades
	52	07 unidades
Camisa	P	05 unidades
	M	40 unidades
	G	40 unidades
	GG	10 unidades
Boné	Único	27 unidades

#### EXIGÊNCIAS GERAIS

- Todos os produtos deverão atender às normas técnicas aplicáveis.
- As etiquetas de composição e cuidado deverão estar em português.
- A entrega deverá ser acompanhada de laudo técnico comprobatório das especificações.
- Prazo de entrega: conforme estabelecido no contrato.
- Garantia mínima: 90 dias contra defeitos de fabricação.

#### **LOGOMARCA DO IEF:**



Documento assinado eletronicamente por **Kenia Lima Dias, Coordenadora**, em 28/11/2025, às 16:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Núbia Lais Fernandes Batista, Servidora Pública**, em 28/11/2025, às 19:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **128185837** e o código CRC **E64086C2**.

Referência: Processo nº 2100.01.0041242/2025-26

SEI nº 128185837